

EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.ser.ufupr.br/rcc.

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Consequentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

Neste número, são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como contabilidade financeira, processo de avaliação de desempenho, divulgação voluntária, dentre outras, com autores das mais diversas instituições brasileiras, bem como um trabalho de autoria de um pesquisador de Portugal.

No primeiro trabalho, Cláudio Pilar Da Silva Júnior e Márcio André Veras Machado analisaram como a volatilidade do preço das ações negociadas na BM&FBOVESPA é influenciada pela política de dividendos das corporações. Os autores utilizaram análise de regressão em corte

transversal, amostra final de 914 empresas não financeiras, no período de 2000 a 2012. Para examinar a relação entre a política de dividendos e a volatilidade das ações, os mesmos utilizaram duas variáveis explicativas: *dividend yield* e o índice *payout*. E como variáveis de controle a variável tamanho, a volatilidade dos lucros, a dívida de longo prazo e o crescimento dos ativos. O modelo econométrico utilizou a abordagem proposta por Baskin (1989). Os resultados apontam que a política de dividendos no Brasil demonstrou-se significante na determinação da volatilidade, evidenciando que quanto mais elevado o *dividend yield*, menor o risco a ser enfrentado pelo acionista. Adicionalmente, observou-se que o tamanho influenciou negativamente as oscilações do preço das ações, enquanto que a dívida de longo prazo e o crescimento dos ativos demonstraram um efeito direto sobre a volatilidade do preço das ações. Já as variáveis índice *payout* e volatilidade dos lucros não apresentaram significância estatística.

No segundo texto, Thalyson Renan Bitencourt Machado, Geovane Paulo Sornberger e Fernanda Mosseline Josende Coan analisaram o processo de avaliação de desempenho realizado em pequenas e médias empresas, especificamente em concessionárias de máquinas e implementos agrícolas, com base nos elementos-chave apresentados por Waggoner, Neely e Kennerley (1999). O estudo foi realizado por meio de entrevistas aos gestores das referidas organizações, cujos dados foram analisados estatisticamente, com posterior realização de um teste de hipóteses. Embora os gestores afirmem que não implementaram nenhum modelo de avaliação de desempenho abordado na literatura, em razão do desconhecimento da existência das ferramentas e/ou dos benefícios gerados, constatou-se que o processo realizado nessas organizações contempla os elementos-chave de Waggoner, Neely e Kennerley (1999).

Na sequência Dayane Mendes Santos, Tatiane Ferreira Gaiot e Marco Antonio Figueiredo Milani Filho verificaram se havia diferença significativa no nível de divulgação voluntária entre universidades confessionais e não-confessionais privadas. A área geográfica escolhida para o estudo foi o estado de São Paulo. O ano base da pesquisa foi o de 2012. Baseando-se na revisão bibliográfica, foram utilizados 18 itens relacionados com a divulgação voluntária de informações para se calcular o Indicador de Disclosure (ID) de 30 universidades. Os resultados apontaram que, em média, 64,4% dos itens de informação voluntária estavam presentes na amostra. A análise comparativa indicou que não havia diferença significativa entre os níveis de divulgação voluntária das universidades confessionais e não-confessionais.

No quarto artigo, Maria Aparecida Gomes Almeida, José Ribamar Marques de Carvalho e Thaiseany de Freitas Rêgo analisaram a performance empresarial em relação à produção e

distribuição das riquezas agregadas pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA do segmento Siderurgia e Metalurgia entre os anos de 2010 a 2012. Os resultados obtidos apontam para perspectivas de melhoria quanto à forma de avaliação do desempenho empresarial. Do ponto de vista metodológico, a análise multicritério incorpora indicadores mais interessantes que o cálculo da média, ou outras formas de comparação. Nessa perspectiva, a alternativa de análise adotada supera a escala de ordenamento, contribuindo para a avaliação conjunta do grupo de indicadores selecionados, e que foram obtidos a partir da comparação de empresas a cada critério.

Na sequência, Renata Turola Takamatsu, Esmael Almeida Machado e Gerlando Augusto Sampaio Franco Lima investigaram como variáveis referentes à estrutura de capital, tamanho da empresa, governança corporativa e performance poderiam influenciar a decisão da empresa em adotar voluntariamente às IFRS. Os resultados demonstraram que empresas maiores e mais bem gerenciadas tenderiam a oferecer um nível de qualidade superior nas informações prestadas ao mercado, no que tange as demonstrações em IFRS. Além disso, encontraram-se evidências de que uma maior proporção de imobilizados influenciaria as empresas a adotarem às IFRS, na tentativa de demonstrar o real valor de suas propriedades.

José Glauber Cavalcante dos Santos demonstrou um perfil, abrangente, de todos os ativos de natureza intangível divulgados nos relatórios contábeis das maiores companhias de capital aberto brasileiras. A avaliação abarcou 100 observações com dados referentes ao ano-base de 2012. As inferências obtidas, permitiram suportar as seguintes evidências: (i) Os recursos intangíveis consomem representativa participação no patrimônio das empresas, com elevada discrepância dos níveis de investimento e divulgação; (ii) Específicos tipos de ativos intangíveis têm evidenciação sobressaída nas empresas e, ao mesmo tempo, absorvem elevados montantes de investimento (marcas e logos, ágios/*goodwill*, carteiras de clientes, fornecedores e distribuição, fidelização/exclusividade, contratos de concessões) demonstrando uma relevância informacional e patrimonial do grupo; (iii) O valor de mercado apresenta-se, em média, cerca de quatro vezes do valor contábil, o que poderia sinalizar reflexos do agrupamento intangível da percepção do investidor; (iv) Estabeleceu-se, além de uma distinta média de desempenho em relação a maiores graus de intangibilidade, uma associação entre este e aquele construto, sinalizando-se talvez a reversão dos retornos decorrente do aporte informacional intangível, ou o impacto do retorno positivo nas expectativas do mercado.

No sétimo artigo, Bruno José Machado de Almeida analisou a evolução da linha do pensamento dos autores ingleses, Sherer e Kent e Flint, no que concerne às suas propostas

para dotar a auditoria de uma estrutura conceitual própria, à semelhança da contabilidade financeira. A contabilidade e a auditoria têm um ponto de convergência comum: o referencial contabilístico. Tanto os preparadores da informação financeira como os auditores visam construir e validar o *true and fair view*. Para conseguir este desiderato os autores supracitados conceberam dois sistemas postulacionais. Para analisar as suas similitudes e divergências recorremos a uma metodologia apropriada, assente numa base normativa e com o mínimo de apoio empírico e formulamos hipóteses que nos permitem concluir que a auditoria, no Reino Unido, é considerada um importante elemento de controlo externo e social das relações de *accountability* estabelecidas nas empresas e nas organizações, e que os sistemas postulacionais propostos representam a evolução natural das concessões de auditoria existentes naquela sociedade.

No último texto, Jomar Miranda Rodrigues, Wanderson Gonçalves Elias e Edmilson Soares Campos verificaram o *value relevance* da informação contábil, especificamente, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em empresas brasileiras e, assim, determinar se a padronização internacional elevou a relevância de P&D para o mercado brasileiro. Foram coletados dados no período de 2003 a 2007 e 2008 a 2012, anterior e posterior à lei 11.638/07 respectivamente, nas empresas que divulgaram dados de Pesquisa e Desenvolvimento listadas na BM&FBOVESPA. Fez-se uso de análise estatística com base no R², e na significância dos coeficientes estimados. Os resultados demonstram que, com a implementação dos padrões internacionais e as mudanças na contabilização de P&D pelo CPC 06, a informação P&D passou a ser relevante para o mercado brasileiro.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

Editor